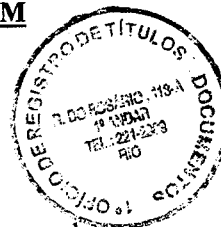


1441122

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM
GARANTIA REAL, DA TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**



Pelo presente instrumento particular, como:

EMISSORA: **TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Muller, 116, 39º andar, salas 3901/3905/3906 (parte), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 02.107.946/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como

AGENTE FIDUCIÁRIO: **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 00.806.535/0001-54, nomeado nesta Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Telemar Participações S.A. ("Escritura de Emissão") e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da 3ª (terceira) emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social,

vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, da Telemar Participações S.A.", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

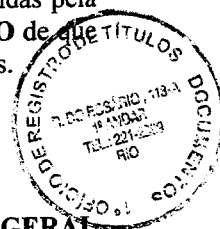
I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de acionistas da **EMISSORA** realizada em 7 de março de 2002 e nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da **EMISSORA** realizada em 11 de abril de 2002 ("RCA").



Foram delegados ao Conselho de Administração da **EMISSORA**, com referência às deliberações tomadas na AGE, poderes para, independentemente de convocação e deliberação da AGE:

- a) deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76;
- b) cancelar eventuais sobras da 3ª (terceira) emissão que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e,
- c) cancelar as debêntures da 3ª (terceira) emissão que tenham sido adquiridas pela própria **EMISSORA**, mediante declaração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas.



II - DOS REQUISITOS

1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As atas da AGE e da RCA que deliberaram sobre a emissão das debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil.

2. REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura de Emissão será levada a registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

3. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/1976, nº 6.404, de 15/12/1976, nº 9.457, de 05/05/1997, nº 10.303/2001 e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

4. REGISTRO NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO ("ANBID")

A emissão deverá ser registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID.

III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:


2

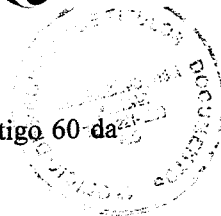
BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da BOVESPA, custodiado na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As debêntures observarão as seguintes características e condições:

1. **DATA DE EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão para todas as debêntures desta emissão ("Data de Emissão") será 1º de abril de 2002.
2. **VOLUME TOTAL DA EMISSÃO:** O volume total da emissão será de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.
3. **VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data da Emissão.
4. **QUANTIDADE DE TÍTULOS E NÚMERO DE SÉRIES:** Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures, em série única.
5. **PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:** As debêntures desta emissão terão prazo de 36 (trinta e seis) meses, com vencimento em 1º de abril de 2005.
6. **FORMA E TIPO:** Todas as debêntures desta emissão serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, Osasco, São Paulo, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ – do Ministério da Fazenda sob o nº 60.746.948/0001-12, instituição financeira responsável pela escrituração das debêntures, servindo, adicionalmente, para os debenturistas, como comprovante de titularidade de debêntures, o Relatório de Posição de Ativos da CETIP acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e, para as debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do debenturista.
7. **CONVERSIBILIDADE:** As debêntures não serão conversíveis em ações da EMISSORA.





8. **LIMITE DA EMISSÃO:** A presente emissão atende os limites do Artigo 60 da Lei nº 6.404/76.
9. **ESPÉCIE:** As debêntures desta emissão serão da espécie com garantia real constituída pelo penhor de ações ordinárias da Tele Norte Leste Participações S.A., companhia aberta, com sede na Rua Lauro Müller, 116, 21º, 22º, Botafogo, Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 02.558.134/0001-58, de propriedade da **EMISSIONORA**. Pelo presente instrumento, nos termos dos artigos 768 e seguintes do Código Civil Brasileiro e artigo 39 e seguintes da Lei 6.404/76, a **EMISSIONORA** dá em penhor, exclusivamente em favor dos debenturistas da 3ª emissão, representados pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, para o fim de garantir todas e quaisquer obrigações assumidas pela **EMISSIONORA** nesta Escritura de Emissão, 15.000.000.000 (quinze bilhões) de ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A.
- 9.1. As ações objeto do penhor, respeitadas as disposições legais constantes do artigo 202 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames.
- 9.2. Nos termos do §1º do art. 39 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, esta Escritura de Emissão será averbada na instituição financeira responsável pela escrituração das ações da Tele Norte Leste Participações S.A., no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da sua assinatura.
- 9.3. Nos termos do artigo 113 da Lei nº 6.404/76, o penhor de que trata esta cláusula não implicará em qualquer restrição ao exercício do direito de voto na Tele Norte Leste Participações S.A., que continuará sendo exercido plenamente pela **EMISSIONORA**, sem qualquer limitação.
- 9.4. O valor das 15.000.000.000 (quinze bilhões) de ações que constituem a garantia desta emissão é de R\$433.500.000,00 (quatrocentos e trinta e três milhões e quinhentos mil reais), calculado com base na média ponderada das cotações da ação ordinária da Tele Norte Leste Participações S.A. na Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo nos 6 (seis) meses anteriores a 07/03/2002.
- 9.5. A quantidade de ações que integra a garantia desta emissão poderá ser reduzida, com a anuência do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, proporcionalmente à redução da dívida contraída pelas debêntures, sempre que se verificar uma redução do saldo devedor em função dos eventos de que tratam os itens 12, 14, 15 e 16.
10. **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** As debêntures desta 3ª (terceira) emissão não terão seu valor nominal atualizado monetariamente.



11. **REMUNERAÇÃO:** As debêntures farão jus a uma remuneração com base na variação da taxa média diária de depósitos interfinanceiros over-extragruppo ("taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, apurada pela CETIP, acrescida de um *spread* de 2,20% (dois inteiros e vinte décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa "*pro-rata temporis*" por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal das debêntures, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

- 11.1 A remuneração será paga semestralmente a contar da Data de Emissão, vencendo-se nos dias 01/10/2002, 01/04/2003, 01/10/2003, 01/04/2004, 01/10/2004, 01/04/2005.
- 11.2 As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão, ou seja, até 01/04/2004, data da repactuação de que trata o item 12 abaixo ("Período de Vigência da Remuneração").
- 11.3 A remuneração das debêntures será determinada pela aplicação da seguintes fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da remuneração a ser paga na data do seu pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = Produtório dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;



FI_j = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização, considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{\text{Taxa DI}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

Taxa DI = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP e com idêntico número de casa decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI; e

S = fator da Sobretaxa com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

s = Sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 04 (quatro) casas decimais; e

du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização

Define-se "Período de Capitalização" da remuneração o intervalo de tempo durante o qual a remuneração será acumulada de forma exponencial. O valor da remuneração será agregado ao valor nominal para efeito de apuração do saldo devedor das debêntures. O pagamento da remuneração será exigível somente no final do Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão. O primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento de remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento do Período de Capitalização anterior, inclusive, e término na data de pagamento da remuneração seguinte, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade.

- 11.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da **EMISSIONORA** quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.



11.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para a sua divulgação, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá convocar assembléia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, contando com a aprovação de debenturistas que representem no mínimo 2/3 dos debenturistas presentes na assembléia, de comum acordo com a **EMISSORA**, o novo parâmetro de remuneração das debêntures a ser aplicado, que, além de preservar o valor real das debêntures, remunerar as debêntures nos mesmos níveis anteriores. Até o momento de definição do novo parâmetro, fica desde já acordado que será utilizada na apuração do fator FIj a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada "pro rata temporis" desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a **EMISSORA** chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro.

12. REPACTUAÇÃO: As debêntures desta emissão poderão ser repactuadas. Caberá ao Conselho de Administração da **EMISSORA** deliberar sobre as condições de repactuação das debêntures ao término do Período de Vigência da Remuneração, aprovando o prazo e nova taxa de remuneração das debêntures, devendo comunicá-los, por intermédio de publicação de "Aviso aos Debenturistas", até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento do mesmo: a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração; b) a modalidade da taxa e os juros remuneratórios, a vigor durante o referido período; c) as datas de vencimento e de pagamento da remuneração; d) a data limite e o local em que os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** deverão manifestar sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures.

12.1. Os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas pelo Conselho de Administração da **EMISSORA** terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da data da publicação do "Aviso aos Debenturistas", para manifestar junto à CETIP, CBLC e à **EMISSORA** sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à **EMISSORA**.

12.2. A **EMISSORA** obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures dos debenturistas nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração, pelo valor nominal da debênture não amortizado, acrescido da remuneração calculada "pro-rata temporis" definida para o período vencido, desde a Data da Emissão, ou do último pagamento de



remuneração, prevalecendo o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

- 12.3. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA**, em decorrência do exercício da opção de venda do debenturista, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA** ou ser novamente colocadas no mercado.

13. PRAZO, PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO: As debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de 6 (seis) meses contados da data da concessão do registro pela CVM e cumprimento das demais formalidades previstas no Artigo 26 da Instrução CVM 13/80. O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração calculada "*pro-rata temporis*", apurada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

- 13.1. A integralização das debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

14. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA: O valor nominal de cada debênture será amortizado em 03 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, a partir de 1º de abril de 2003, inclusive, ocorrendo a última amortização em 1º de abril de 2005, data de vencimento das debêntures.

| Data | Percentual da Amortização | Valor |
|------------|---------------------------|----------|
| 01.04.2003 | 33,3333% | 3.333,33 |
| 01.04.2004 | 33,3333% | 3.333,33 |
| 01.04.2005 | 33,3334% | 3.333,34 |

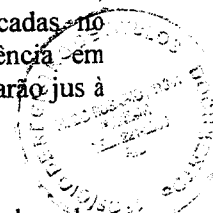
- 14.1 A **EMISSORA** constituirá, 30 (trinta) dias antes da data de pagamento de cada uma das parcelas de amortização das debêntures desta emissão, fundo de amortização, em moeda corrente, no valor equivalente ao das parcelas devidas.

- 14.2 A forma com que os recursos correspondentes ao fundo de amortização serão disponibilizados pela **EMISSORA** será acordada com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** 60 (sessenta) dias antes do vencimento de cada uma das parcelas da amortização, com a definição da(s) conta(s) corrente(s) da **EMISSORA** que ficará(ão) vinculadas(s) ao pagamento aos debenturistas e das aplicações financeiras que serão realizadas para preservar o poder de compra de tais recursos.

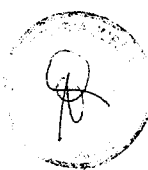
15. AQUISIÇÃO FACULTATIVA: A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures da 3ª (terceira) emissão em circulação, por preço não superior ao seu saldo devedor, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. Nesta



hipótese, as debêntures adquiridas pela **EMISSORA** poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado. As debêntures adquiridas pela **EMISSORA** para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais debêntures em circulação.



- 16. RESGATE ANTECIPADO:** A **EMISSORA** poderá, desde que aprovado pelos debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, reunidos em assembleia de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VII adiante, promover o resgate antecipado das debêntures objeto desta emissão, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio coordenado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, com pagamento do saldo devedor a que fizerem jus. Na hipótese de resgate parcial, a **EMISSORA** deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate. As debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.
- 17. VENCIMENTO ANTECIPADO:** O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal da debênture não amortizado, acrescido da remuneração calculada "*pro-rata temporis*", desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento de remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sendo essa declaração de vencimento antecipado efetivada por notificação extrajudicial à **EMISSORA**, através de Cartório de Títulos e Documentos, na ocorrência dos seguintes eventos:
- a) decretação de falência da **EMISSORA** e/ou de qualquer de suas controladas, ou em caso de dissolução e/ou de liquidação da **EMISSORA** e suas controladas (no caso destas últimas salvo em processo de reorganização societária) ou, ainda, no caso de pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela **EMISSORA** e/ou qualquer de suas controladas;
 - b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA** e que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");
 - c) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo valor individual unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
 - d) alienação do controle acionário da Tele Norte Leste Participações S.A. pela **EMISSORA**;



e) aquisição do controle acionário de sociedades fora do objeto social da **EMISSORA**;

f) não pagamento, pela **EMISSORA**, do valor nominal, da remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de vencimento original;

g) aprovação de operações de fusão ou incorporação que envolvam **EMISSORA**, salvo se as operações em questão (i) contarem com a prévia aprovação dos debenturistas, na forma do Artigo 231 da Lei nº 6.404/76; ou (ii) envolverem a **EMISSORA** e quaisquer das sociedades por ela controladas direta ou indiretamente;

h) aprovação de operação de cisão da **EMISSORA**, salvo se (i) a operação contar com a prévia aprovação dos debenturistas, na forma do Artigo 231 da Lei nº 6.404/76; ou (ii) pela cisão a **EMISSORA** mantiver participação correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação no capital votante da Tele Norte Leste Participações S.A.;

i) cassação, pela União Federal, das concessões detidas pela Telemar Norte Leste Participações S.A., para prestar serviço de telefonia fixa na Região I do Plano Geral de Outorgas, sempre que tais atos possam representar redução superior a 20% (vinte por cento) no faturamento da controladora Tele Norte Leste Participações S.A.;

j) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, notadamente os "*covenants financeiros*" previstos no item 8 da Cláusula V adiante, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

17.1 Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas "a", "d" e "f" desta Cláusula, as debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independente de aviso, notificação, judicial ou extra judicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nas demais alíneas desta Cláusula, deverá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, no prazo máximo de 03 (três) dias contados da ciência da sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para declarar o vencimento antecipado das debêntures, salvo se os debenturistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, de todas as debêntures em circulação, com exceção das debêntures mantidas em tesouraria, deliberarem pela não declaração do vencimento antecipado das debêntures.

18. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, no local da sede da **EMISSORA**, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser



realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

19. ENCARGOS MORATÓRIOS: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela **EMISSORA**, ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, acrescido de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, além da remuneração que continuará a incidir sobre o débito em atraso, tal como estabelecidos na Escritura de Emissão, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

20. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS: Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela **EMISSORA**, não lhe dará o direito ao recebimento de rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

21. LOCAL DE PAGAMENTOS: Os pagamentos referentes à quaisquer eventos pecuniários a que fazem jus as debêntures desta emissão serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND – Sistema Nacional de Debêntures, operacionalizado pelo CETIP, para as debêntures registradas para negociação junto ao SND; ou (ii) utilizado-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as debêntures registradas no BOVESPA – FIX; ou (iii) através do Banco Mandatário.

22. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal “Monitor Mercantil” e no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro”, veículos em que a **EMISSORA** realiza suas publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, bem como no jornal “A Gazeta Mercantil”, sempre com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo a **EMISSORA** avisar, tempestivamente, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** da realização de qualquer publicação.

23. NOTIFICAÇÕES: As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão observar os seguintes endereços:

Para a **EMISSORA**:



Telemar Participações S.A.
Rua Lauro Muller, 116, 39º andar, salas 3901/3905/3906 (parte), Rio de Janeiro,
Estado do Rio de Janeiro.
At: Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati (Diretor de Relações com Investidores)
Tel: (0**21) 3873-9003 Fax: (0**21) 2279-3454
E-mail: deasa@telemar.com.br

Para o **AGENTE FIDUCIÁRIO**:
Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Paulista, 2439 – 11º andar
01311-300 – São Paulo – SP
At.: Sr. Artur Figueiredo
Tel.: (0**11) 3061-9444 Fax: (0**11) 3060-9575
E-mail: agfiduciario@planner.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido por empresa de correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:
 - 1.1. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
 - 1.2. imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
 - 1.3. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;
 - 1.4. na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas.
2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.
4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.



13

- “Dívida Onerosa Consolidada” significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido



14

contraídas pela holding Tele Norte Leste Participações S.A e suas subsidiárias, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas encaminhadas à CVM, corresponde aos empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo.

9. Informar imediatamente ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** qualquer evento indicado na Cláusula IV.17 – Vencimento Antecipado.
10. Não negociar com as ações de emissão da Tele Norte Leste Participações S/A de sua propriedade, a partir da data em que for publicado o edital que tenha por objeto o leilão das ações que constituem a garantia real prestada aos debenturistas, no âmbito de processo judicial de execução promovido pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela falta de cumprimento, pela **EMISSIONA**, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão.
11. Assegurar aos debenturistas o resgate das debêntures de que forem titulares, na hipótese de alteração estatutária da **EMISSIONA** que represente modificação substancial no seu objeto social e/ou reorganização societária que venha a culminar em sua incorporação, fusão ou cisão, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 231, da Lei nº 6.404/76, durante o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembléias relativas às eventuais operações descritas.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSIONA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta Escritura de Emissão, **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.** retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a **EMISSIONA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. Declaração

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) ter verificado a suficiência, exequibilidade e regularidade da constituição da garantia real ora prestada;



- e) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central do Brasil.

A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

2. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade. Para a verificação da suficiência da garantia constituída, deverá manter, permanentemente atualizado, controle do valor nominal não amortizado acrescido da remuneração devida das debêntures e do valor de mercado das ações de emissão da Tele Norte Leste Participações S.A., apurando ao final de cada período de 6 (seis) meses, a contar da Data de Emissão das debêntures, o valor da garantia prestada com base na média ponderada das cotações da ação ordinária da Tele Norte Leste Participações S.A. na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, de modo que o valor da garantia seja, no mínimo, igual a 120% (cento e vinte por cento) do valor nominal não amortizado acrescido da remuneração devida das debêntures em circulação;
- i) notificar, a **EMISSORA** a reforçar a garantia dada em ações ordinárias da Tele Norte Leste Participações S/A, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;



- j) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 22 da Cláusula IV;
- m) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatórios e anuais destinados aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404, de 15/12/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- n.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
 - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - n.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - n.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
 - n.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso.
 - n.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
 - n.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - n.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
 - n.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.
- o) colocar o relatório anual no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o término do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais;
- o.1) na sede da **EMISSORA**;
 - o.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - o.3) na CVM;
 - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e



- o.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- p) publicar, às expensas da **EMISSORA**, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;
- q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;
- r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, podendo, inclusive, convocar a assembléia de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das debêntures quando a **EMISSORA** não atender, durante o prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, os "*covenants financeiros*" de que trata o item 8 da cláusula V retro;
- t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
- t.1) à CVM;
- t.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- t.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

3. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento integral dos valores efetivamente devidos aos debenturistas;
- c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) Requerer a falência da **EMISSORA**;
- e) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Es-



critura de Emissão, observadas as condições estabelecidas no item 17 da **Cláusula IV** desta Escritura de Emissão.

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do "*caput*" deste item se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "e" do "*caput*" deste item.

4. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira dez dias após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas seguintes;
- b) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do IGP-M, acumulado no respectivo período, a partir da primeira parcela;
- c) A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- d) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **EMISSORA**, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: Publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de AGD / de publicação de AGD / de anúncio comunicando que o relatório anual do **AGENTE FIDUCIÁRIO** se encontra à disposição); Notificações; Extração de certidões; Viagens e estadias; Despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **EMISSORA**;
- e) Em caso de inadimplência da **EMISSORA**, todas as despesas com procedimentos legais em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** vier a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciais nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações ju-



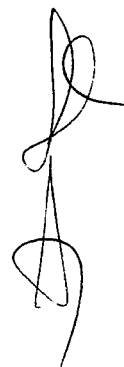
diciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese da **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **AGENTE FIDUCIÁRIO** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- f) A remuneração acima será devida até o cancelamento das debêntures e mesmo após o vencimento das debêntures, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **EMISSORA**.
- g) O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5. Substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem ao menos 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

- a) Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- b) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.
- c) A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.
- d) A substituição, em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo tal aditamento ser arquivado no registro competente no qual foi registrada a presente Escritura de Emissão.
- e) O **AGENTE FIDUCIÁRIO** iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.



- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.
- g) A remuneração do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO** será a mesma definida no item 4 da presente Cláusula VI.

6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

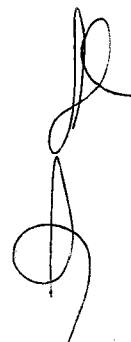
A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

- a) O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos titulares das debêntures.
- b) O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

- 1. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 2. Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei nº 6404, de 15/12/76, e suas alterações, para a assembléia geral dos acionistas da **EMISSORA**.
- 3. A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número.
- 4. A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- 5. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
- 6. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação.
- 7. Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à **EMISSORA**.



8. Em qualquer caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá à assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.
9. Será facultada a presença de representantes legais da **EMISSION** nas assembléias dos debenturistas.



VIII - DAS DECLARAÇÕES DA EMISSION

1. A EMISSION neste ato declara que:

- a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- b) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- d) os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da **EMISSION** em qualquer contrato ou documento do qual a **EMISSION** seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a **EMISSION** esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da **EMISSION**, em vigor nesta data;
- e) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes da **EMISSION**;
- f) as debêntures que não tiverem sido subscritas e integralizadas para os fins previstos no item 4 da Cláusula III desta Escritura de Emissão serão devidamente canceladas.
- g) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere ao pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social COFINS e ao recolhimento das contribuições devidas, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS e ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social PIS e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas àquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais ou cujo descumprimento não possa vir a afetar a capacidade financeira da **EMISSION**.

2. A EMISSION obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas e o **AGENTE FIDUCIÁRIO** por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários ad-



vocatícios) incorridos pelos debenturistas e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

3. Sem prejuízo do disposto no item 2 acima, a EMISSORA compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e o AGENTE FIDUCIÁRIO caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

IX - DO FORO

O Foro da presente Escritura de Emissão será o da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 06 (seis) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2002.

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A. PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Carlos Francisco R. Jereissati Emissora José Augusto G. Figueira

Agente Fiduciário

Carlos Francisco R. Jereissati

Artur M. de Figueiredo

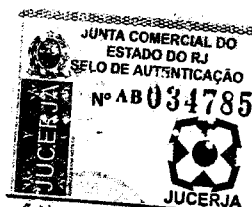
Viviane A.R. dos Santos

TESTEMUNHAS:

Nome: Lucineia Cunha
CPF: 115.795.498-70

Nome: MARIA LUCIA DA S. MARTINS
CPF: 728.352.737-00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.
TELEMAR PARTICIPACOES S/A



ED33000002-3/000
DATA: 17/04/2002

Maria Cristina V. Contreiras
SECRETARIA GERAL
Decreto de 11/04/2002



24º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Almirante Barragão, 339-C Tel: 532-042
Rio de Janeiro-RJ

RECONHEÇO por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
ICV63733-CARLOS FRANCISCO RIBEIRO.....
JEREISSATI.....
ICV63734-JOSÉ AUGUSTO DA GAMA FIGUEIRA.

Testemunha da verdade.
Ribeiro e Figueira, 18/04/2002.

005-SANDRO PEREIRA RODRIGUES
ESCREVENTE AUTORIZADO

Reconhecimento de firma(s) 23.5.60

DETITULO
 DOCUMENTOS-C
 RIO DE JANEIRO
 RUA DO ROSARIO, 113 - 1º AND
 TEL 2221-2209
 GERALDO CALMON COSTA
 OFICIAL
 APRESENTADO NO JE PROTOCOLADO
 E REGISTRADO EM CO ROMASSAO
 1441122
 18 MAR 2002
 [Signature]
 SUBSTITUÍDO
☐ Genivaldo M. de Barros Jr.
 CTPS nº 76558 série 022
☒ Carlos de Souza
 CTPS nº 76500 série 086
☐ Bernardino de Carvalho
 CTPS nº 89888 série C*2
 225.12

